

PROCEDIMENTOS PARA

REGULARIZAÇÃO DE VIDA FUNCIONAL

A Diretoria de Ensino deverá autuar o processo, constando na capa, no campo “Assunto” o título “REGULARIZAÇÃO DE VIDA FUNCIONAL POR MOTIVO DE LICENÇA SAÚDE NEGADA” anexando os seguintes documentos, sem emendas ou rasuras:

1. Termo de autuação;
2. Requerimento do interessado – modelo anexo;
3. Ofício do Superior imediato – modelo anexo;
4. Ficha modelo oficial 100;
5. Comprovante do agendamento da perícia médica;
6. Atestado que gerou o agendamento da perícia médica;
7. Publicações: da Licença saúde negada, da reconsideração indeferida e do recurso negado;
8. Histórico de licenças saúde publicadas pelo DPME;
9. Informação do NAP/CRH com descrição dos eventos da vida funcional do servidor e motivo de comprovação legalmente justificável; com o “De Acordo” do Dirigente Regional de Ensino.

Principal equívoco que gera a solicitação de Regularização de Vida Funcional

EXEMPLO DE PUBLICAÇÃO NO DOE

SGP/██████/2016 - À vista dos elementos de instrução dos autos, INDEFIRO o recurso datado de 23-06-2016, referente à Guia de Perícia Médica de 10-05-2016, contra a decisão publicada no D.O. de 21-06-2016, tendo em vista que não foram apresentados novos elementos que justifiquem a revisão da decisão já exarada, a qual fica mantida, uma vez que a publicação do resultado da perícia foi dada a conhecer antes do término do período de afastamento proposto, possibilitando a adoção de medidas regulamentares; ou seja, solicitar nova licença com expedição de GPM e agendamento de nova perícia conforme previsto (**arts. 24 e 27 do Decreto 29.180/88**), o que não houve.

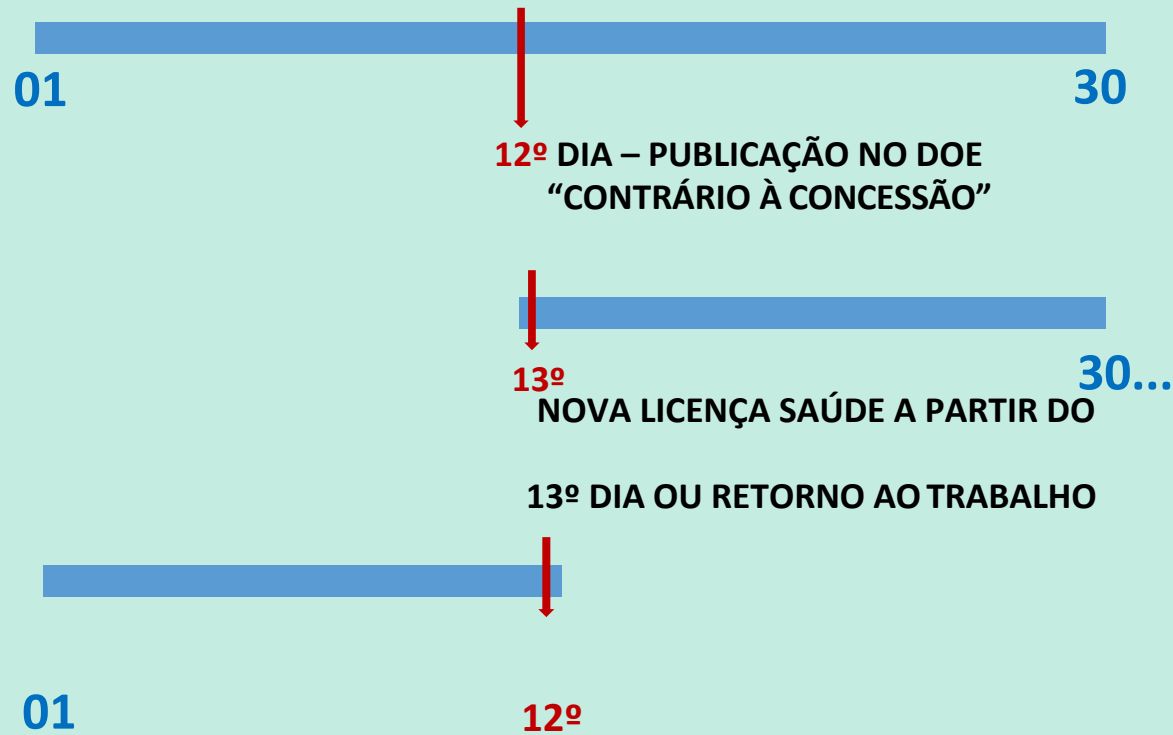
**Decreto Nº 29.180,
de 11 de novembro de 1988**

“Artigo 24 - O funcionário ou servidor que necessitar de licença para tratamento de saúde deverá solicitar ao seu superior imediato ou diretamente ao órgão de pessoal a expedição da GPM, a fim de ser submetido à necessária perícia médica.”

Artigo 27 - A Guia para Perícia Médica - GPM - é o documento indispensável para a realização de perícia médica e terá validade até o final do expediente do primeiro dia útil subsequente ao de sua expedição.

EXEMPLOS: LICENÇA SAÚDE – 30 DIAS

SITUAÇÃO 01

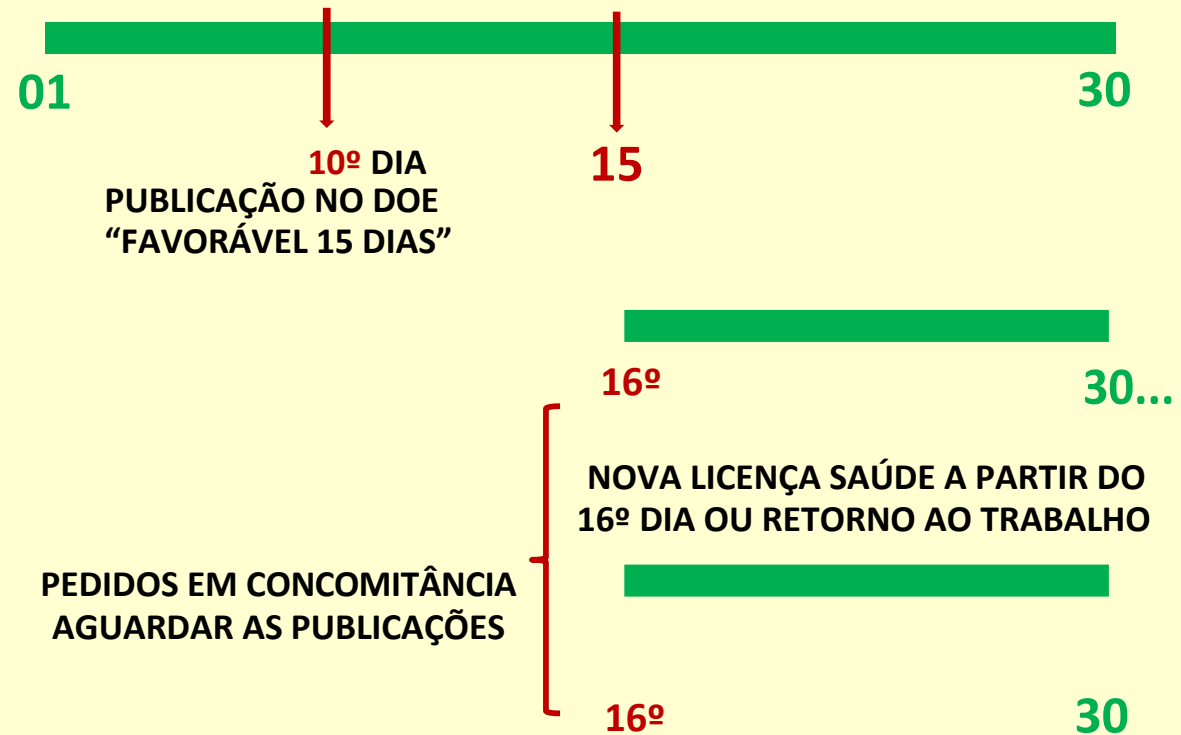


PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO
1º DIA ATÉ A DATA DA PUBLICAÇÃO (12)

RECONSIDERAÇÃO "INDEFERIDO"
ENTRAR COM PEDIDO DE RECURSO

SITUAÇÃO 01 E 02
RECURSO "INDEFERIDO" ABERTURA DO
PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE VIDA
FUNCIONAL POR LICENÇA SAÚDE NEGADA

SITUAÇÃO 02



PEDIDOS EM CONCOMITÂNCIA
AGUARDAR AS PUBLICAÇÕES

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
DO 16º ATÉ 30º DIA

RECONSIDERAÇÃO "INDEFERIDO"
ENTRAR COM PEDIDO DE RECURSO

MODELOS DOS DOCUMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNCIONAL

REQUERIMENTO DO SERVIDOR

Ilmo Sr. Secretário da Educação

Nome:

Cargo/Função-Atividade

RG:

Subo-Tab

CPF:

Quadro

Padrão

Jornada

Órgão de Classificação

Unidade de Exercício

Diretoria de Ensino Região

Acumula Cargo/Função-Atividade

Sim

Não

Requer, para regularização de vida funcional a transformação de dias de faltas Injustificadas em justificadas pelo Sr. Secretário em virtude de Licença saúde negada nos períodos de:

Justificativa

Declaro que nunca antes recebi esse benefício.

Declaro que já obtive esse benefício correspondente a dias de faltas justificadas pelo Sr. Secretário.

Local/ Data

Assinatura

Protocolo nº

Data:

Recebido por:

OFICIO DO DIRETOR DA ESCOLA

MODELO
Ofício nº/.....
Assunto: Regularização de Vida Funcional por motivo de LS negada.

Vimos por meio deste solicitar a transformação de dias de faltas Injustificadas em Justificadas para regularização da vida funcional do servidor RG..... CPF. cargo..... classificado e em exercício nesta unidade escolar.

O servidor teve licença saúde negada nos períodos de:
- ____/____/____ a ____/____/____ – publicado no D.O.E.
- ____/____/____ a ____/____/____ – publicado no D.O.E.

Ingressou com pedido de reconsideração ao Diretor do Departamento de Perícias Médicas do Estado, com publicação de indeferimento no D.O.E.....
Solicitou recurso ao Sr. Secretário da Secretaria de Planejamento e Gestão que foi negado, conforme publicação em D.O.E.

Portanto, restamdias de falta injustificadas a serem justificadas pelo Sr. Secretário da Educação.
“Apresentar motivo legalmente justificável para a regularização de vida funcional, com base na justificativa apresentada pelo servidor. ”
Elevamos à consideração do Sr. Dirigente Regional de Ensino, com proposta de prosseguimento, tendo em vista que o servidor não deu causa a situação para imputação de punição disciplinar, por abandono de cargo, e, por ter atendido a todos os requisitos procedimentais necessários à obtenção da licença-saúde.
Local/data

Carimbo e Assinatura do diretor de escola.

Ilmo Sr.
.....
Dirigente Regional de Ensino

INFORMAÇÃO DA DIRETORIA DE ENSINO

MODELO
Informação nº/.....
Assunto: Regularização de Vida Funcional por motivo de LS negada.

Trata-se de solicitação do servidor....., RG.....-CPF.....-Cargo..... da EE.jurisdicionado a esta Diretoria de Ensino, de regularização de vida funcional em virtude de licença-saúde negada.
Após análise e conferência dos documentos constantes nos autos e conforme Ofício nº, de fls....., encaminhado pela unidade escolar, o servidor apresenta os seguintes períodos de licença saúde negada:
- ____/____/____ a ____/____/____ – publicado no D.O.E.
- ____/____/____ a ____/____/____ – publicado no D.O.E.

“Discorrer sobre as considerações favoráveis ou não a justificação das faltas, comprovando o motivo legalmente justificável para a regularização de vida funcional, conforme o disposto no PA 187/2009, para não caracterizar o abandono de cargo nos termos do artigo 311 da LC. nº 10.261/68, com redação dada pelo artigo 1º, inciso V da LC nº942/2003.”

Elevamos à consideração do Sr. Secretário da Educação, pela competência.

Local/data

Carimbo e Assinatura do diretor RH ou responsável.

De acordo. Encaminhe-se ao CEQV – Centro de Qualidade de Vida da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, para prosseguimento.

Carimbo e assinatura do Dirigente Regional

EXEMPLO DE DOCUMENTOS BEM ELABORADOS

Ilmo Sr. Secretário da Educação				
Nome: [REDACTED]		RG: [REDACTED]	CPF: [REDACTED]	
Cargo/Função-Atividade Agente de Organização Escolar	Subq-Tab SQC-III	Quadro QAE	Padrão F. I / N. II	Jornada Completa
Órgão de Classificação E.E. ARMELINDO FERRARI		Unidade de Exercício E.E. ARMELINDO FERRARI		
Diretoria de Ensino Região FERNANDÓPOLIS		Acumula Cargo/Função-Atividade Sim () Não (X)		
<p>Requer, para regularização de vida funcional a transformação de <u>20</u> dias de faltas Injustificadas em justificadas pelo Sr. Secretário, em virtude de Licença saúde negada no período de:</p> <p><u>24/11/2016</u> a <u>13/12/2016</u></p>				
<p>Justificativa</p> <p>Não dei causa para a situação de imputação de faltas injustificadas, tendo atendido a todos os requisitos e procedimentais necessários à obtenção da licença-saúde, conforme segue:</p> <p>A partir de 24/11/2016 necessitei de 30 dias de licença para tratamento de minha saúde, em virtude de apresentar sérios problemas depressivos, conforme atestado e relatório do médico assistente em anexo, problemas estes ocasionados por vários motivos, principalmente pelo fato de eu ter que cuidar de minha mãe, mesmo sem eu ter condições físicas para tanto, pois sou readaptada (conforme rol de atividades em anexo), porém, como sou filha única vejo-me obrigada a cuidar dela, a qual possui idade bastante avançada e com a saúde ultimamente bem debilitada devido à algumas fraturas em seu corpo, decorrentes de quedas constantes.</p> <p>A Licença Saúde de 30 dias (24/11 a 23/12/2016) foi negada, conforme D.O.E. de 14/12/2016. Em virtude de não reunir condições físicas e psíquicas para retornar ao serviço, requeri nova Licença Saúde a partir de 14/12/2016 (10 dias), com parecer favorável do DPME, conforme D.O.E. de 23/12/2016.</p> <p>Entrei com pedido de reconsideração de 20 dias de Licença Saúde referente ao período em aberto (de 24/11 a 13/12/2016), o qual foi indeferido, conforme D.O.E. de 29/12/2016.</p> <p>Entrei com pedido de recurso referente a esses 20 dias de Licença Saúde (de 24/11 a 13/12/2016), o qual foi indeferido, conforme D.O.E. de 03/02/2017.</p>				
<p>(X) Declaro que nunca antes recebi esse benefício.</p> <p>() Declaro que já obtive esse benefício correspondente adias de faltas justificadas pelo Sr. Secretário.</p>				
Local/ Data Fernandópolis, 17 de Março de 2017		Assinatura [Assinatura]		



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE FERNANDÓPOLIS

E.E. "ARMELINDO FERRARI"

Av. dos Mininel, 447 - Coester - Fernandópolis - SP

CEP 15.600-000 - Tel.(017) 3442-1798

Endereço eletrônico: e043023a@educacao.sp.gov.br



Fernandópolis, 17 de março de 2017

Ofício nº 058/2017

Assunto: Regularização de Vida Funcional por motivo de LS negada.

Vimos por meio deste solicitar a transformação de 20 dias de faltas Injustificadas em Justificadas, para regularização da vida funcional da servidora [REDACTED].

Cargo: Agente de Organização Escolar, (readaptada), classificada e em exercício nesta unidade escolar.

A servidora teve licença saúde negada no período de:

- 24/11/2016 a 23/12/2016 (30 dias) - publicada no D.O.E. de 14/12/2016

Ingressou com pedido de reconsideração ao Diretor do Departamento de Perícias Médicas do Estado, referente ao período de 24/11/2016 a 13/12/2016 (20 dias), com publicação de indeferimento no D.O.E. de 29/12/2016.

Solicitou recurso ao Sr. Secretário da Secretaria de Planejamento e Gestão Pública, referente ao período de 24/11/2016 a 13/12/2016 (20 dias), que foi negado, conforme publicação em D.O.E. de 03/02/2017.

Não tendo condições físicas e psíquicas para retornar ao serviço, a servidora entrou com pedido de nova Licença Saúde por 10 dias, de 14/12/2016 a 23/12/2016, obtendo parecer favorável do DPME, conforme publicação no D.O.E. de 23/12/2016.

Portanto, restam 20 dias de faltas injustificadas a serem justificadas pelo Sr. Secretário da Educação (período de 24/11/2016 a 13/12/2016).

Entendemos que o motivo legalmente justificável para a regularização de vida funcional da servidora, nos termos do artigo 311 da Lei nº 10.261/68, prende-se ao fato de que estes 20 dias de faltas injustificadas originou-se da delonga entre a data inicial da LS (24/11/2016) e a publicação da decisão final por parte do DPME (14/12/2016).

Elevamos à consideração do Sr. Dirigente Regional de Ensino, com proposta de prosseguimento, tendo em vista que a servidora não deu causa a situação para imputação de punição disciplinar, por abandono de cargo, e, por ter atendido a todos os requisitos e procedimentais necessários a obtenção da licença-saúde.

Fernandópolis, 17 de Março de 2017

Carimbo e Assinatura do diretor de escola:
[Assinatura] Sandrele Dias Moreira
R.G. 12.743.331-4
DIRETOR DE ESCOLA

Ilma Sr.
Marli Aparecida da Silva Viçoti
Dirigente Regional de Ensino
D.E. Região de Fernandópolis.

EXEMPLO DE DOCUMENTOS BEM ELABORADOS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO AVARÉ



Informação nº 09/2017

Assunto: Regularização de Vida Funcional por motivo de LS negada

Trata-se de solicitação da servidora [REDACTED]

[REDACTED] -Cargo PEB I (classe)- Readaptada da EE "Bairro Engenheiro Maia", em Itaberá/SP- Diretoria de Ensino de Ensino Região de Itararé, com sede de exercício na EE "Prof. Guido Dias de Almeida", em Taquarituba, unidade escolar jurisdicionada a esta Diretoria de Ensino, para a regularização de sua vida funcional em virtude de licença-saúde negada.

Em atendimento ao Ofício nº 0035/2017, de fls 04, encaminhado pela unidade escolar da Interessada, após análise e conferência dos documentos constantes nos autos, verificamos que a servidora Requerente apresenta **108 dias de licenças-saúde negados e pendentes de regularização**, relativos aos 3 (três) períodos de afastamentos que seguem discriminados:

• **1º período: de 03/02/2015 a 03/04/2015 = 60 dias;**

Deste período de 60 dias, constatamos que o pedido de Licença-saúde foi negado totalmente pelo D.P.M.E. no D.O.E. de 12/02/2015. Diante dessa negatória, a Interessada entrou com Pedido de Reconsideração, que foi indeferido no D.O.E. de 29/04/2015. Em face desse indeferimento, a servidora propôs Recurso, que também foi indeferido no D.O.E. de 05/11/2015. Portanto, esgotados os recursos administrativos, a servidora em questão permaneceu com todo o período requerido de 60 dias irregulares;

• **2º período: de 06/04/2015 a 05/05/2015 = 30 dias;**

Deste período de 30 dias, verificamos que o D.P.M.E. concedeu parcialmente o pedido, sendo favorável somente a 10 dias, no D.O.E. de 17/04/2015. Que, diante dessa situação, a Interessada entrou com Pedido de Reconsideração quanto aos 20 dias restantes, o qual foi parcialmente deferido no D.O.E. de 23/06/2015, concedeu 12 dias, ou seja, apenas 2 dias a mais. Em face desse deferimento parcial, a servidora em questão permaneceu com o período de 18 dias irregulares;

• **3º período: de 06/05/2015 a 04/07/2015= 60 dias;**

Deste período de 60 dias, averiguamos que o pedido de Licença-saúde foi negado pelo D.P.M.E. no D.O.E. de 04/06/2015. Que, diante da negatória, a Interessada entrou com Pedido de Reconsideração, que foi indeferido no D.O.E. de 21/08/2015. Em face desse indeferimento, a servidora propôs Recurso, que foi parcialmente deferido no D.O.E. de 04/11/2015, quando concedidos 30 dias. Dessa forma, dessa licença-saúde, esgotados



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO AVARÉ



os recursos administrativos, a servidora em questão permaneceu com o período de 30 dias irregulares.

Sendo assim, apuramos que restam pendentes: 60 dias do 1º período, mais 18, do 2º, e 30, do 3º, que somam o total de 108 dias de Licenças-saúde negados para os quais a Interessada busca a devida regularização.

Quanto à justificação para os períodos supracitados de Licença-saúde negada, esclarecemos que a Requerente interpôs, em tempo hábil, os recursos de que dispunha. Além disso, através dos documentos anexados, tais como os Atestados médicos competentes, entendemos que a servidora comprovou que os motivos de seus afastamentos foram realmente necessários para o tratamento de sua saúde, haja vista que se tratou, inclusive, de período sequencial, razões que, salvo melhor juízo, supomos mais do que suficientes e legalmente justificáveis para a obtenção da regularização de vida funcional pretendida, conforme o disposto no Parecer: PA 187/2009, para não se caracterizar o ilícito de abandono de cargo nos termos do artigo 311 da LC nº 10.261/68, com redação dada pelo artigo 1º, inciso V da LC nº 942/2003.

Diante do exposto, elevamos o expediente à consideração do Exmo Sr. Secretário da Educação, pela competência.

Avaré, 27 de Março de 2017.

Cristina de Fátima Ferraz
RG: 12.148.270-4
Diretor II - CRH - DER Avaré

Wilson William Pereira
RG: 24.707.291-6
Ass: 108/10000
Diretor II - Avaré

De acordo. Encaminhe-se ao CEQV - Centro de Qualidade de Vida da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, para prosseguimento.

Lucimeire Gomes Mendonça
RG: 19.848.323-5
Dirigente Regional de Ensino - DER Avaré

